vol. 13, 2026
DOI 10.19092/reed.v13.1027

A COMPETÊNCIA MORAL-DEMOCRÁTICA EM PARLAMENTARES GAÚCHOS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Marcos Rolim[1]
Daiana Hermann[2]
Renata Chimendes[3]

RESUMO

Esse artigo expõe o resultado de investigação empírica sobre a competência moral-democrática de uma amostra de 44 parlamentares do Rio Grande do Sul (deputados/as estaduais, deputados/as federais e senador), correspondentes à 55ª legislatura estadual e à 56ª legislatura federal, entrevistados entre agosto e outubro de 2021. Trata-se de amostra não probabilística por adesão voluntária: foram contatados todos os 89 parlamentares do universo (55 deputados/as estaduais, 31 deputados/as federais e 3 senadores), com taxa de resposta de 49,4%. A pesquisa utilizou o Teste de Julgamento Moral, versão estendida (MJT-xt), adaptação do instrumento original de George Lind, para avaliar a capacidade dos participantes de julgar e argumentar sobre dilemas morais. Foram aplicados três dilemas morais e as respostas dos entrevistados, que incluíam argumentos a favor e contra às ações dos protagonistas dos dilemas, foram utilizadas para calcular um escore individual de competência moral-democrática (C-Score). Os achados revelaram um C-Score médio de 17 pontos na amostra, indicando um nível baixo de competência moral-democrática entre os parlamentares. Notavelmente, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em relação às variáveis independentes como a orientação político ideológica declarada pelos participantes. Esses resultados sugerem desafios consideráveis para a consolidação dos valores democráticos no contexto brasileiro, ressaltando a importância de se aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a competência moral-democrática em líderes políticos.

PALAVRAS-CHAVE: competência moral-democrática; direitos humanos; parlamento; senso de justiça.

[1] Universidade Lasalle (UniLasalle- Canoas). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1076-5990.
[2] Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0967-6579.
[3] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4872-5401.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

vol. 13, 2026
DOI 10.19092/reed.v13.1027

MORAL-DEMOCRATIC COMPETENCE AMONG LEGISLATORS FROM RIO GRANDE DO SUL: AN EMPIRICAL ANALYSIS

Marcos Rolim
Daiana Hermann
Renata Chimendes

ABSTRACT

This paper presents the results of an empirical investigation into the moral-democratic competence of a sample of 44 members of parliament from Rio Grande do Sul (state deputies, federal deputies, and senators), corresponding to the 55th state legislative term and the 56th federal legislative term, interviewed between August and October 2021. The sample is non-probabilistic, formed by voluntary adherence: all 89 members of the universe were contacted, with a response rate of 49.4%. The research used the Moral Judgment Test, extended version (MJT-xt), an adaptation of George Lind's original instrument, to assess the participants' ability to judge and argue about moral dilemmas. Three moral dilemmas were applied and the respondents' responses, which included arguments for and against the actions of the protagonists of the dilemmas, were used to calculate an individual moral-democratic competence score (C-Score). The findings revealed an average C-Score of 17 points in the sample, indicating a low level of moral-democratic competence among the members of parliament. Notably, no statistically significant differences were observed in relation to the independent variables such as the political-ideological orientation declared by the participants. These results suggest considerable challenges for the consolidation of democratic values in the Brazilian context, highlighting the importance of deepening the understanding of the factors that influence moral-democratic competence in political leaders.

KEYWORDS: moral-democratic competence; human rights; parliament; sense of justice.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma experiência democrática sabidamente frágil. Ao longo da República, tivemos períodos de democracia interrompidos por graves crises políticas e pela instauração de regimes ditatoriais que foram sempre superados pela conciliação entre as elites e por processos de não consolidação da democracia (Linz & Stepan, 1996). A rigor, nossa experiência de uma democracia de massas, com extensão do voto às mulheres e a institucionalização da competição entre partidos, só teve início com o fim do Estado Novo (Limongi, 2012; Skidmore, 1975).

Se tivermos presente a efetividade do controle social e a participação popular nos processos político-administrativos, encontraremos uma realidade histórica marcada pelo distanciamento entre as elites políticas e os representados e pela precária formação política da população sempre marginalizada dos processos de tomada de decisão (Baquero, 2008). Talvez como parte desse cenário, o trabalho parlamentar não costuma ser discutido entre nós e pouco se sabe, na verdade, sobre as competências dos nossos representantes.

A atividade política no Brasil e, por decorrência, a democracia têm sido questionadas em meio a um ceticismo generalizado que passou a identificar os políticos brasileiros, indistintamente, como corruptos (Filgueiras, 2013). Ao mesmo tempo, testemunhamos o desenvolvimento das estratégias de disputa eleitoral que se valem progressivamente do clientelismo (Avelino Filho, 1994) e da distribuição de recursos públicos por meio de engenhosos mecanismos institucionais como as chamadas “emendas ao orçamento” (Baião, Couto, & Oliveira, 2019).[4] As evidências disponíveis mostram que as regras políticas brasileiras têm se revelado funcionais para a multiplicação de partidos frágeis e sem coesão, que não traduzem definições políticas consistentes e que agregam políticos personalistas (Pinto, 2015), o que atualiza a necessidade de uma ampla reforma

[4] Caberia um debate sobre essa denominação vez que uma emenda ao orçamento pressupõe o objetivo de alterar a lei orçamentária a partir de uma proposição que desloca recursos previstos no projeto para nova destinação. No caso das chamadas “emendas parlamentares”, o que temos é a reserva de recursos da União para livre indicação dos parlamentares, um mecanismo que, a nosso juízo, agride o princípio constitucional da impessoalidade na administração pública.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

política capaz de melhorar o desempenho do Parlamento, uma agenda que segue rarefeita no Brasil (Rennó, 2008 *apud* Rocha & Silva, 2015, p. 213).

O Poder Legislativo desempenha papel central nos regimes democráticos, seja como instituição de controle, seja como espaço de debate em favor de legislações que resguardem o interesse público. O seu desempenho dependerá, entretanto, do tipo de incentivo oferecido pela engenharia institucional eleitoral que pode favorecer ou prejudicar a seleção de uma representação mais capacitada em termos políticos e éticos. A chamada competência moral-democrática (Lind, 2012) concebida como uma capacidade específica de julgar e agir de acordo com princípios e de superar conflitos evitando soluções violentas aparece, nesse contexto, como uma capacidade essencial. Não por acaso, Levitsky e Ziblatt (2018) discutem os indicadores de comportamento autoritário de políticos, os quais são uma ameaça aos regimes democráticos. Entre os indicadores, encontramos rejeição das regras democráticas do jogo, negação da legitimidade dos oponentes políticos, a intolerância e o encorajamento à violência. Os autores, não por acaso, sustentam a necessidade de que os guardiões da democracia atuem no sentido de afastar dos cargos políticos as forças extremistas e os candidatos antidemocráticos

Esse artigo expõe o resultado de pesquisa a respeito da competência moral-democrática de uma amostra de 44 parlamentares do Rio Grande do Sul (deputados/as estaduais, deputados/as federais e senador), realizada entre agosto e outubro de 2021, com o emprego do Teste MJT-xt (*Moral Judgment Test*, *extended version*) resultante das adaptações do instrumento originalmente desenvolvido por George Lind (Bataglia, 2010). Este teste, que permite a avaliação da competência moral-democrática a partir de respostas a dilemas morais, evidenciou, como se verá, escores muito baixos de competência moral-democrática na amostra.

Na primeira parte do texto, sintetizamos as contribuições da Teoria do desenvolvimento da consciência da moral de Lawrence Kohlberg; logo após apresentamos a mudança proposta pela Teoria do Duplo Aspecto do Comportamento e Desenvolvimento Moral de George Lind. Na sequência, sintetizamos a revisão de literatura mostrando os resultados de alguns trabalhos empíricos realizados na área; na quarta parte descrevemos aspectos da

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

metodologia empregada na pesquisa e seus principais resultados. Nas considerações finais, salientamos o que nos parece mais relevante no estudo e situamos alguns dos seus limites.

A pergunta que orienta a investigação é: qual o nível de competência moral-democrática dos parlamentares gaúchos que compõem a amostra, e em que medida variáveis como orientação político-ideológica, gênero, faixa etária, número de mandatos e cargo ocupado influenciam esse nível? O estudo parte de quatro hipóteses de trabalho: (H1) o nível médio de competência moral-democrática dos parlamentares é baixo, situado abaixo do limiar de 20 pontos proposto por Lind (2019) como mínimo para a convivência democrática; (H2) parlamentares de orientação ideológica de esquerda apresentam C-Scores superiores aos de direita; (H3) parlamentares com maior número de mandatos apresentam C-Scores inferiores, em razão de uma eventual "profissionalização" que distanciaria a prática política de critérios morais de princípio; (H4) não se observam diferenças significativas em relação a gênero e cargo ocupado. Como se verá, H1 e H4 foram confirmadas; H2 não encontrou suporte nos dados; H3 foi refutada pelos dados — constatamos diferença estatisticamente significativa entre o número de mandatos e a competência moral-democrática, mas em sentido distinto do hipotetizado, sem padrão de queda progressiva associada à maior permanência no cargo. A idade dos parlamentares, variável para a qual não havíamos formulado hipótese específica, também revelou associação estatisticamente significativa, em padrão não linear.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL DE LAWRENCE KOHLBERG

O psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg desenvolveu sua Teoria do Desenvolvimento Moral com base no estruturalismo psicogenético e a partir de estudos clínicos em que propunha aos participantes a resolução de dilemas morais, entre eles, o famoso Dilema de Heinz.[5] Ele foi influenciado por Jean Piaget, que

[5] Nesse dilema, a esposa de Heinz está à beira da morte e só pode ser salva por um remédio que, entretanto, é muito caro. Depois de fazer tudo o que poderia para adquirir a droga, Heinz decide roubá-la para salvar sua esposa, sabedor que seria responsabilizado pelo delito. A pergunta é: Heinz agiu certo ou errado? Para Kohlberg, mais que a resposta em si, importa a estrutura argumentativa

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

havia identificado no campo da epistemologia genética quatro estruturas cognitivas universais: os estágios senso-motor, pré-operacional, de operações concretas e de operações formais (Piaget, 1994). Os estudos de Piaget se concentraram no desenvolvimento cognitivo, pela interação das estruturas biológicas e a estimulação ambiental (Rego, 2003) e sua obra permitiu que a moralidade passasse a ser compreendida não mais apenas como um dado da cultura ou da religião, mas como uma capacidade cognitiva, uma competência, portanto.

Kohlberg entendeu que os conceitos de heteronomia e autonomia, utilizados por Piaget a partir da tradição kantiana, não eram suficientes para se compreender o raciocínio moral (Bataglia, Morais, & Lepre, 2010). Insatisfeito com a forma pela qual se propunha a educação moral nas escolas, ele lidou com a hipótese de que crianças e adultos são filósofos morais que respondem a dilemas de acordo com determinadas etapas de desenvolvimento, havendo tempos distintos para cada uma delas (Porter, 2006). Kohlberg (1984) estudou a competência de julgamento moral como a capacidade de tomar decisões e de julgar, identificando padrões morais que ele agrupou em três níveis, cada qual com dois estágios.

O primeiro e mais básico nível de moralidade, o pré-convencional (com os estágios 1 e 2), diz respeito às crianças que costumam se orientar de acordo com seus próprios interesses mediante as expectativas de castigo ou recompensa. Nessa fase da consciência moral, não há espaço para o julgamento das ações em si mesmas, mas apenas das consequências delas para a criança. O segundo nível (com os estágios 3 e 4) é o da moralidade convencional que abarcaria a maioria dos adolescentes e adultos. Aqui, os indivíduos incorporam regras sociais e expectativas dos grupos e da autoridade do Estado, tendendo a agir em conformidade com elas. Por fim, Kohlberg identificou um terceiro nível de desenvolvimento moral, o pós-convencional, em que os indivíduos agem de acordo com princípios, ou seja, a partir de uma referência situada para além das regras e expectativas sociais. Nesse patamar, a importância da lei é reconhecida, mas se sabe que há leis injustas e que

utilizada para justificar ou condenar a postura de Heinz. É a partir dessa estrutura que ele identifica o estágio moral dos respondentes (Fedozzi, 2002).

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

a promoção da justiça exige, em certas situações, o rompimento da norma, ainda que tal conduta acarrete aos sujeitos prejuízos ou graves dificuldades (Biaggio, 2006; Fedozzi, 2002).

Na Tabela 1, temos uma visão sintética dos níveis de consciência moral propostos por Kohlberg com seus seis estágios:

Tabela 1

Fases do desenvolvimento moral de acordo com Kohlberg

Estágio 1 Orientação para a obediência e castigo	Para evitar quebrar as regras apoiadas pela punição, obediência por si mesma, evitando danos físicos às pessoa e a si próprio.
Estágio 2 Finalidade instrumental e intercâmbio	Seguir as regras apenas quando é de interesse pessoal imediato de alguém; agir para satisfazer os seus próprios interesses e deixar os outros fazerem o mesmo; o direito é uma troca igual, um bom negócio.
Estágio 3 Acordo interpessoal e conformidade	Viver à altura do que se espera das pessoas próximas de si ou do que as pessoas geralmente esperam das pessoas no seu papel; ser bom é importante.
Estágio 4 Acordo social e manutenção do sistema	Cumprir os deveres reais com os quais concordou; as leis devem ser sempre cumpridas, exceto em casos extremos em que entram em conflitos com outros deveres sociais fixos; o direito também está a contribuir para a sociedade, o grupo ou a instituição.
Estágio 5 Contrato social, utilidade, direitos individuais	Estar ciente de que as pessoas têm uma variedade de valores e opiniões, que a maioria dos valores e regras são relativos ao seu grupo; mas que geralmente devem ser definidos porque são o contrato social; alguns valores e direitos não relativos como a vida e a liberdade, no entanto, devem ser defendidos em qualquer sociedade, independente da opinião da maioria.
Estágio 6 Princípios éticos universais	Seguindo os princípios éticos escolhidos por si mesmo, leis particulares ou acordos sociais são geralmente válidos porque se baseiam nesses princípios, quando as leis violam esses princípios, age-se de acordo com o princípio; os princípios são os universais de justiça: a igualdade dos direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos.

Fonte: Snarey (1985, p. 203).

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Para Porter (2006), a Teoria de Kohlberg permite distinguir o senso de justiça presente nos distintos níveis e estágios de moralidade do sujeito. Cada etapa supera a anterior, no sentido dialético de mudança/conservação, ou seja: sem uma ruptura total, mas com diferenciações que assinalam superação. Diferentemente dos níveis anteriores, o nível pós-convencional (estágios 5 e 6) envolve o desafio ao que é socialmente aceito e pressupõe maior autonomia moral e autocontrole (Heilbrun Jr. & Georges, 2011). O estágio seis explicita o caráter democrático e transformador da consciência moral mais desenvolvida, permitindo que valores universais como justiça, liberdade e igualdade sejam considerados prioritariamente diante das leis positivas. Tal nível supõe o exercício da tolerância para com os diferentes, do reconhecimento da alteridade e do coletivo e introduzem a possibilidade da desobediência civil frente a leis que produzam injustiça (Fedozzi, 2002).

3 TEORIA DO DUPLO ASPECTO DO COMPORTAMENTO E DESENVOLVIMENTO MORAL DE GEORGE LIND

Procurando avançar nas definições apresentadas por Piaget e Kohlberg, o psicólogo alemão Georg Lind postulou que o juízo moral não deveria ser concebido apenas a partir das capacidades cognitivas, mas que também envolveria propriedade afetivas. Assim, haveria uma dupla dimensão no desenvolvimento moral a ser considerada e mensurada em testes empíricos. Lind (1999) argumenta que a capacidade humana do juízo moral pode ser avaliada de forma mais precisa por meio de um modelo dual que integre as dimensões do afeto e da cognição, razão pela qual ele também desenvolveu testes com dilemas morais, mas diferentes daqueles usados por Kohlberg. Uma das vantagens desses testes seria a de evitar a possibilidade de um entrevistado falsear seu próprio nível de moralidade pela capacidade intelectual de identificar a resposta moralmente mais bem situada como de princípio. O instrumento, afinal, foi delineado para medir uma competência específica e não um estágio de moralidade, como no modelo kohlberguiano (Bataglia, 2010).

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Lind (2019) situa a competência moral-democrática como uma possibilidade que permite a emergência de soluções criadas na esfera pública a partir da argumentação que deve caracterizar o debate propriamente político. Por essa capacidade, os agentes podem também alcançar uma compreensão mais precisa a respeito do justo e do injusto, o que, por sua vez, oferecerá um caminho para a solução de dilemas em que princípios ou intuições morais colidem.

> Duas habilidades são particularmente importantes para a convivência em uma democracia: em primeiro lugar, a competência de julgamento moral de todos os cidadãos para julgar e agir de acordo com seus próprios princípios morais; em segundo lugar, a competência do discurso moral para resolver conflitos por meio de discussões livres de medo ao invés do uso da violência e do exercício do poder. De acordo com a opinião geral, ambas as competências básicas, muitas vezes resumidas sob o conceito geral de competência moral-democrática, desempenham um papel muito importante no comportamento humano e no funcionamento da democracia e suas instituições. (Lind, 2012, p. 65)

A competência moral para Kohlberg já apontava claramente para a integração democrática de indivíduos, o que é retomado em novas bases por Lind (2019), para quem a competência moral-democrática é definida como a habilidade de resolver problemas e conflitos por meio da apreciação de argumentos. Sem essa habilidade, as possibilidades da própria democracia se tornariam rarefeitas e determinadas atitudes passam a ser improváveis como, entre outras, recusar-se a cumprir ordens imorais; desenvolver juízos autônomos; rejeitar a violência com um meio político; observar a lei; engajar-se pela defesa da democracia; avaliar a competência moral dos demais; tomar decisões rapidamente; ajudar pessoas em apuros; manter contratos; denunciar, mesmo correndo riscos pessoais, ações ilegais e imorais ("*blowing the wistle*") (Lind, 2019, p. 5).

O instrumento que Lind construiu para medir a competência moral-democrática de grupos foi o *Moral Judgment Test* (MJT) ou *Moral Competence Test* (MCT), que permite avaliar a capacidade dos entrevistados de identificar a

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

qualidade moral dos argumentos apresentados a favor e contra a atitude tomada por um personagem em um dilema. O que o teste procura saber é até que ponto os entrevistados são capazes de considerar os argumentos apresentados em cada dilema em contraste com a sua opinião. Assim, a competência moral-democrática é transformada em uma pontuação, o *Competence Score* (C-Score).

> Um sujeito que faz o teste alcança uma classificação de proficiência alta somente se seu julgamento dos argumentos a serem pró e contra mostra uma consistência moral. Se uma pessoa deixa sua opinião sobre o que ele considera correto influenciar sua ordem de preferência de argumentos contrários, o indivíduo obterá uma nota baixa no MJT (independentemente da qualidade moral dos próprios argumentos). (Lind, 1999, p. 4)

Os estudos de Bataglia (2010) nos auxiliam a pensar a teoria de Georg Lind a partir da cultura brasileira. O MJT já foi traduzido e adaptado em mais de 30 línguas e foi Bataglia quem o adaptou para a realidade brasileira, desenvolvendo a versão MJT_xt ou MCT_xt, que introduz um novo dilema (Dilema do Juiz), abordando o direito à vida numa perspectiva distinta da apresentada no Dilema do Médico (eutanásia), já que, na cultura brasileira, a forte influência de noções religiosas poderia enviesar o teste. Atualmente, segundo Bataglia, Morais e Lepre (2010), três são os instrumentos mais utilizados em pesquisas sobre moralidade: a) *Moral Judgment Interview* (MJI) (Entrevista de Julgamento Moral); b) *Defining Issues Test* (DIT) (Teste de Definição de Questões); e c) *Moral Judgment Test* (MJT) (Teste de Julgamento Moral).

O MJT trata de um aspecto do desenvolvimento moral que não é contemplado pelos demais instrumentos. Em cada dilema desse teste, o personagem central toma uma atitude, cabendo ao entrevistado concordar ou não com ela, devendo ainda mensurar o grau de concordância ou discordância numa escala de 7 pontos que vai do -3 ao +3 (Escala de Likert). Ato contínuo, o entrevistado deve julgar os argumentos a favor e contra a atitude tomada pelo protagonista do dilema (Bataglia, Morais, & Lepre, 2010). Assim, Lind elabora um novo método de pesquisa que possibilita avaliar a capacidade do entrevistado em diferenciar a

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

qualidade moral dos argumentos, independente do seu grau de concordância ou discordância com ele, mensurando o aspecto dual em que o afetivo e o cognitivo integram a compreensão do comportamento moral. Isso requer uma estrutura cognitiva e, também, exige postura não dogmática. É essa competência que o MJT se propõe mensurar (Bataglia; Morais & Lepre, 2010). Ou seja, a competência moral não está relacionada à opinião, mas à capacidade de julgar a qualidade moral dos argumentos apresentados pelo teste, independentemente da posição que o entrevistado assuma em relação ao dilema (McDaniel, 2007).

Lind (2019) sustenta que um *C-Score* de 20 pontos seria uma espécie de patamar mínimo que todos deveriam atingir para a convivência democrática. Sujeitos com escores altos possuem competência moral para deliberação através do diálogo; já sujeitos com escores baixos têm maior inclinação à violência, ao engano e à submissão a autocratas. A teoria postula que o *C-Score* baixo representa que o indivíduo só valoriza as ideias de pessoas que pensam da mesma forma que ele, enquanto indivíduos com escores elevados valorizam a diversidade de julgamentos, estando, por decorrência, mais aptos à comunicação colaborativa (Agurto *et al.,* 2017).

Silva (2016) enfatiza que o instrumento MJT mede a competência moral do indivíduo não através de respostas isoladas, mas por um padrão de consistência de respostas do entrevistado, no todo. O instrumento criado por Lind (2006), conforme McDaniel (2007), oferece o cálculo do índice global de desenvolvimento moral, expresso em um *C-Score* apurado com os cálculos de MANOVA[6] que pode variar de 1 a 100. A pesquisa de McDaniel (2007) utilizou os parâmetros para pontuação do *C-Score*: entre 1 e 9, muito baixo; entre 10 e 19, baixo; entre 20 e 29, médio; entre 30 e 39, alto; entre 40 e 49, muito alto e acima de 50, extraordinariamente alto. Já outros pesquisadores lidam com pequenas variações nas escalas, como Silva (2016) e Rondon (2009). Lind (2000) reformulou sua escala do *C-Score* para valores de 0-9 como competência moral zero ou muito baixa, de 10-29 como média competência moral, onde, segundo ele, a maior parte das pessoas parece estar e, acima de 30 pontos como alta competência moral (Gualtieri-Kappann, 2016).

[6] A análise de variância multivariada (MANOVA) é uma forma generalizada da análise de variância (ANOVA). É utilizada em casos em que existem duas ou mais variáveis dependentes.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

4 REVISÃO DA LITERATURA E ESTUDOS EMPÍRICOS

Analisamos as pesquisas empíricas que buscaram mensurar a competência moral de grupos, utilizando-se do instrumento *Moral Judgment Test*/*Moral Competence Test*, assim como a versão estendida do Teste *MJT_xt (extended)*/*MCT_xt (extended)*. Os trabalhos analisados envolveram teses, dissertações e artigos científicos disponíveis no Google Aacadêmico entre os maios bem ranqueados segundo o *software Publish or Perish* (Harzing, 2007), a partir das palavras de busca: desenvolvimento e/ou julgamento moral; Kohlberg; *Moral Judgment Test - MJT / MCT e Teste MJT_xt (extended) / MCT_xt (extended)*.

Nos estudos internacionais, revisamos a pesquisa de McDaniel (2007), Agurto *et al.* (2017) e de Martins *et al.* (2021). O estudo de McDaniel (2007) foi realizado com uma amostra de 258 estudantes universitários, que utilizou o MJT, versão com dois dilemas, aplicando abordagem estatística multiconstrutiva da modelagem da equação estrutural. Encontrou um *C-Score* de 19,01 (mediana), lidando com os parâmetros 1-9 (muito baixo), 10- 19 (baixo), 20-29 (médio), 30-39 (alto), 40-49 (muito alto) acima de 50 (extraordinariamente alto). Agurto *et al.* (2017) utilizaram o Teste de Competência Moral (MCT) em uma amostra de 236 médicos no Chile. O estudo considerou a escala de muito baixo (0-9), baixo (10-19), médio (20-39), muito alto (40-49) e extraordinariamente alto (acima de 50). O valor médio encontrado no grupo para competência moral foi de 20,9. Sendo que os médicos com pós-graduação obtiveram um desempenho melhor e os profissionais com mais de 15 anos de atuação, obtiveram um *C-Score* menor. Já o trabalho de Martins *et al.* (2021) foi um estudo longitudinal utilizando o MJT xt, com os dilemas do Operário, do Médico e do Juiz com estudantes do curso de Enfermagem e Medicina em Portugal. A aplicação do teste foi realizada em dois momentos: antes e depois dos estudantes terem cursado a disciplina de Ética. A amostra contou com 400 participantes. O *C-Score* obtido após os alunos cursarem a disciplina diminuiu de 21 para 19,5 em média nos estudantes de Enfermagem e de 23,2 para 22 nos estudantes de Medicina.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Os demais estudos empíricos que revisamos foram realizados no Brasil e na América Latina, nomeadamente os trabalhos de Silva (2016), Rondon (2009), Melo (2015), Gualtierri-Kappann (2016), Vieira (2016) e Thielen *et al.* (2006).

Silva (2016) procurou investigar o desenvolvimento moral e os comportamentos de cidadania organizacional, utilizando a versão *Moral Judgment Test* (MJT_xt) com dois novos dilemas: o Dilema do Estudante (relacionado à situação de cola em avaliação) e o Dilema dos Pastores (que trata da vida e da morte entre civis e militares), trabalhando assim com um questionário composto por cinco dilemas. O instrumento foi aplicado em uma amostra de 732 cadetes do Exército Brasileiro (FEB), matriculados em 2015 no curso de formação para oficiais da Academia Agulhas Negras (AMAN). Ele encontrou uma competência moral em níveis medianos para os cadetes, utilizando os parâmetros de *C-Score*: 1-9 (baixo), 10-29 (médio), 30-49 (alto) e acima de 50 muito alto. Não houve diferenças estatísticas significativas quanto ao progresso no curso de formação ou em relação às diferentes especialidades militares, nem nas variáveis origem familiar, procedência escolar (colégio militar ou civil), e religião. O estudo encontrou, no entanto, pequena elevação no escore de indivíduos ateus ou integrantes de grupos religiosos minoritários. Os dados apresentados por Silva (2016) ainda sugerem uma correlação negativa entre o desenvolvimento da Competência Moral e o curso dos cadetes, destacando que há uma tendência de diminuição dos *C-Scores* conforme o avanço na formação, sendo essa redução mais relevante nos resultados dos cadetes no 2º ano de curso. A comparação do *C-Score* encontrado nos cadetes da AMAN com os resultados de alunos de instituições de ensino civis mostrou uma diferença significativa, sendo os índices mais baixos para os cadetes.

Rondon (2009) também utiliza o Instrumento MJT_xt com o objetivo de analisar a competência de juízo moral dos estudantes de Teologia de uma instituição protestante batista, com intuito de discutir a relação entre moral e religião. A pesquisa de caráter quali-quanti, aplicou o instrumento MJT_xt com três dilemas para uma amostra de 115 estudantes. Na parte qualitativa, foi empregada a técnica de grupo focal com 10 estudantes, com os Dilemas do Médico e dos Operários, assim como discussão de questões sobre autonomia, moral e religião. A pesquisadora utilizou os parâmetros de *C-Score*: 1-9 (baixo), 10-29 (médio), 30-49

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

(alto) e acima de 50 muito alto, encontrando uma média de 14,61 para a competência de julgamento moral na amostra. A pesquisa concluiu que não houve alterações significativas nos índices de competência moral quando comparados a estudos anteriores com a população brasileira. Nesse trabalho, a religião não se apresenta como uma influência determinante na ocorrência da segmentação.

Já Melo (2015) concluiu que estudantes com maior espiritualidade apresentam tendência de competência moral menos elevada. O estudo buscou investigar se a espiritualidade estaria envolvida na construção, modificação e consolidação do juízo moral dos estudantes de Medicina com o objetivo, então, de avaliar a relação entre a competência moral e a espiritualidade e fatores associados. A aplicação do MJT com dois dilemas morais e com a Escala de Espiritualidade de Pinto e Pais-Ribeiro, uma escala brasileira constituída a partir da combinação dos itens da dimensão espiritual do *Quality of Life-Cancer Survivor* (QOL-CS), e módulo da espiritualidade do Instrumento da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL). O MJT foi aplicado com 121 estudantes do curso de Medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS). A pesquisadora encontrou que o *C-Sscore* cresceu ao longo dos anos de graduação de Medicina e que estudantes com baixa espiritualidade apresentaram um *C-Score* maior. Para uma média de 12,7 no grupo avaliado, estudantes com baixa espiritualidade obtiveram 15,7, enquanto estudantes com espiritualidade elevada alcançaram 9,9 pontos.

A pesquisa de Gualtierri-Kappann (2016) buscou conhecer a realidade do ensino da Ética nas escolas do estado de São Paulo, a partir da perspectiva dos documentos oficiais e do corpo docente em exercício a partir de um método de discussão de dilemas morais para a educação. A pesquisa de caráter quali-quanti envolveu questões de ética, justiça e democracia em sala de aula, com professores do ensino médio de uma escola estadual de uma cidade do interior de São Paulo. A autora utilizou a escala de valores de 0-9 como competência moral zero ou muito baixa, de 10-29 como média competência moral e acima de 30 pontos como alta competência moral. O C-Score do grupo de professores participantes da amostra foi de total médio de 11,6 antes e de 10,8 após as intervenções. No entanto, a pesquisa aponta que, quando retirados os sujeitos discrepantes, os valores totais médios do grupo caem, resultando em um C-Score total médio de 9,3 antes e de

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

9,0 após as intervenções, o que permitiu a conclusão de que as intervenções não provocaram efeitos nos níveis de competência moral.

A pesquisa desenvolvida por Vieira (2016) teve como escopo a análise do julgamento a respeito da justiça das cotas, a partir da percepção de docentes e estudantes, do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia de uma universidade pública brasileira. O estudo utilizou a estratégia de verificar a relação entre o julgamento sobre a lei de cotas com o nível de competência de juízo moral dos estudantes e professores, aplicando o MCT xt. em amostra de 317 estudantes e 15 professores. A pesquisadora encontrou o *C-Score* médio de 8,25 (nível de baixa competência moral), não sendo identificada diferença significativa entre os grupos de cotistas, não cotistas e professores.

Por fim, Thielen *et al.* (2006) investigaram a relação entre competência moral e comportamento no trânsito, aplicando o Teste de Julgamento Moral (MJT) com 10 motoristas de trânsito da cidade de Maringá, no Paraná (PR). O estudo concluiu que os resultados do teste MJT não possibilitam correlacionar estágios kohlberguianos dos motoristas com seus respectivos comportamentos no trânsito.

Nossa revisão de literatura não encontrou pesquisas que investigassem a competência moral de agentes políticos com o instrumento MJT, mas avaliamos que esse instrumento, em sua versão estendida, era o mais adequado para a nossa investigação.

5 METODOLOGIA

A pesquisa empírica adotou um desenho transversal de natureza quantitativa, com emprego do Teste de Julgamento Moral, versão estendida (MJT-xt), desenvolvida por Bataglia (2010) como adaptação do instrumento original de George Lind para a realidade brasileira. O universo da pesquisa corresponde à totalidade dos parlamentares gaúchos em exercício durante a 55ª legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a 56ª legislatura do Congresso Nacional, perfazendo 89 parlamentares (55 deputados/as estaduais, 31 deputados/as federais e 3 senadores). Foram contatados todos eles para a concessão de entrevistas, presenciais ou telepresenciais. A amostra final foi

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

composta por 44 parlamentares — taxa de resposta de 49,4% —, constituindo-se em amostra não probabilística por adesão voluntária. A composição da amostra reflete desproporcionalmente os parlamentares mais predispostos a conceder entrevistas, o que representa uma limitação a ser considerada na interpretação dos resultados.

As entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro de 2021, de forma presencial ou telepresencial, com aplicação individual do MJT-xt. O instrumento empregado — versão não certificada, adaptada a partir de Silva (2016) — inclui três dilemas morais (dos Operários, do Médico e do Comandante), cada um acompanhado de doze argumentos (seis favoráveis e seis contrários à ação do protagonista), estruturados com base nos seis estágios de Kohlberg. Para cada dilema, o entrevistado indicava, em escala de −3 a +3, seu grau de concordância com a ação do protagonista; em seguida, avaliava cada argumento em escala de −4 a +4. O C-Score — calculado por MANOVA e expresso em escala de 0 a 100 — mensura não a posição moral do respondente, mas a consistência interna entre suas preferências argumentativas e sua opinião sobre os dilemas. Embora o instrumento não tenha passado pelo processo de certificação formal junto ao grupo de Georg Lind, o instrumento de base foi extensamente validado internacionalmente e adaptado para o contexto brasileiro por Bataglia (2010).

Para a classificação dos escores, adotamos os parâmetros de McDaniel (2007): C-Score entre 0 e 9 como muito baixo; entre 10 e 19 como baixo; entre 20 e 29 como médio; entre 30 e 39 como alto; entre 40 e 49 como muito alto; e acima de 50 como extraordinariamente alto. Essa escala foi preferida por ser mais granular e por corresponder à base de cálculo utilizada em nosso estudo. As hipóteses sobre associações entre o C-Score médio e variáveis independentes (gênero, idade, espectro político-ideológico, número de mandatos, cargo ocupado) foram testadas por meio de testes não paramétricos — Kruskal-Wallis para variáveis com três ou mais categorias e U de Mann-Whitney para variáveis dicotômicas —, adotando-se nível de significância de $p<0,05$. Raça e religião não foram submetidas a testes de significância em razão da concentração da amostra em poucas categorias, o que violaria os pressupostos dos testes estatísticos disponíveis para

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

tamanhos amostrais reduzidos. Os resultados desses testes são apresentados na Tabela 2 e discutidos na seção seguinte.

Tabela 2

Testes bivariados entre o C-Score médio e variáveis independentes (n=42)

Variável	Teste	Estatística	p
Sexo	Mann-Whitney U	U = 154,0	0,878
Idade (3 categorias)	Kruskal-Wallis H	H = 6,073 (gl=2)	0,048*
Espectro político-ideológico	Kruskal-Wallis H	H = 0,876 (gl=2)	0,645
Número de mandatos (3 categorias)	Kruskal-Wallis H	H = 6,137 (gl=2)	0,046*
Número de mandatos (contínuo)	Spearman rho	rho = 0,174	0,270
Cargo (Dep. Estadual x Dep. Federal)	Mann-Whitney U	U = 176,0	0,534

Nota: *p<0,05. Raça e religião não foram submetidas a teste em razão da concentração da amostra em poucas categorias.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

6 A COMPETÊNCIA MORAL-DEMOCRÁTICA DOS PARLAMENTARES DO RIO GRANDE DO SUL (RS)

A pesquisa empírica que realizamos se deu com uma amostra de 44 parlamentares (deputados/as estaduais, deputados/as federais e senador) do Rio Grande do Sul (RS), composta por 79,5% de parlamentares do sexo masculino e 20,5% do sexo feminino, o que reflete o desequilíbrio de gênero presente na representação parlamentar brasileira.[7] 18,2% dos parlamentares da amostra tinham

[7] Em 2020, as mulheres foram 16,13% das pessoas eleitas para as câmaras municipais no Brasil. No plano federal, a proporção de vagas ocupadas por mulheres é a menor da América do Sul, estando o

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

até 39 anos; 25,0% estavam entre os 40 e 49 anos e 56,8% estavam em faixa etária superior aos 50 anos. 93,2% deles são brancos e 6,8% se declararam pardos. Quanto à religião, 72,7% se declararam católicos, 4,5% evangélicos, 4,5% protestantes tradicionais, 2,3% espíritas, 11,4% sem religião e 4,5% mencionaram outras religiões. 18,2% dos parlamentares da amostra se declararam como de direita; 43,2%, de centro; 36,4%, de esquerda; e 2,2%, de extrema-esquerda. Quanto ao número de mandatos, 25% dos parlamentares da amostra estavam em seu primeiro mandato; 31,8% estavam no segundo ou terceiro mandato e 43,1% tinham quatro mandatos ou mais.

Os entrevistados responderam, em entrevistas presenciais ou telepresenciais, ao *Moral Judgment Test extended* (MJT_xt), versão não certificada, adaptada a partir do instrumento utilizado por Silva (2016). No MJT, após cada situação problema, são apresentados seis argumentos favoráveis ao posicionamento do protagonista e seis contrários, totalizando doze argumentos por dilema. Os argumentos são baseados em distintas orientações morais, fundamentados nos seis estágios dos três níveis de moralidade identificados por Kohlberg (Bataglia, Morais, & Lepre, 2010). Os seis estágios de orientação moral de Kohlberg que compõe o MJT traduzem a dimensão afetiva do juízo moral, já a dimensão cognitiva é observada através da competência que é refletida no *C-Score* (Rondon, 2009).

Os dilemas que utilizamos foram os seguintes:

- Dilema dos operários: devido à existência de demissões aparentemente infundadas, alguns operários de fábrica suspeitam que a chefia esteja ouvindo as conversas dos empregados através de um microfone oculto, e usando tais informações contra os empregados. A chefia nega essas acusações enfaticamente. O sindicato declara que só tomará providências contra a empresa quando forem encontradas provas que confirmem as suspeitas. Sendo assim, dois operários decidem arrombar o escritório

Brasil na 134ª posição de um ranking com dados para 183 países. Na eleição de 2024, houve um pequeno aumento na proporção de mulheres eleitas para os parlamentos municipais (18,24%) (Câmara dos Deputados, 2024).

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

administrativo e roubam uma transcrição de uma gravação que prova a alegação de espionagem por parte da chefia;

Dilema do médico: o médico está diante de uma paciente com câncer disseminado e sabe que ela tem poucos dias de vida. A mulher sofre com dores terríveis e estava tão fraca que uma dose maior de morfina, por exemplo, pode lhe causar a morte rápida. A paciente, então, implora ao médico que lhe dê a morfina suficiente para matá-la. Ela disse que não poderia suportar a dor por mais tempo e que estaria morta em alguns dias de qualquer modo. O médico, então, atende ao desejo da paciente e abrevia seu sofrimento;

- Dilema do comandante: o serviço de inteligência militar de um país ocidental identificou a presença de um líder terrorista e 150 milicianos, num vilarejo em meio às montanhas no Afeganistão. Essa liderança era famosa por matar seus oponentes, após torturá-los. Um grupo de militares especializado em ações contraterrorismo recebeu a missão de capturar o líder. Infiltrados na região, os militares aguardavam a melhor oportunidade para a ação. Após alguns dias no deserto, foram surpreendidos com a aparição de três pastores de ovelhas: um velho, um garoto de 14 anos e um homem jovem. Os militares renderam os três civis e devido às dificuldades de comunicação, não conseguiram avaliar se haveria alguma ligação entre os pastores e os terroristas. O comandante militar da operação sabia que, se fossem descobertos, a missão e a vida de seus homens correriam sérios riscos. A alternativa que tinha era a de executar os três pastores, impedindo, assim que a missão fosse descoberta e os militares fossem mortos. Após ouvir seus comandados que, em maioria, defendiam a execução, o comandante decidiu liberar os pastores. Em Liberdade, os pastores informaram os terroristas que atacaram o destacamento militar matando quase todos os seus integrantes.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Para cada um desses dilemas, o entrevistado deveria assinalar em uma escala de – 3 a + 3 seu grau de discordância ou concordância com a ação do protagonista. Depois, outra escala de -4 a +4 é empregada para que os participantes assinalem o quanto eles consideram determinados argumentos como inaceitáveis ou aceitáveis, sendo seis deles favoráveis à ação do protagonista e seis contrários.

Consideramos um *C-Score* entre zero e nove como muito baixo; de 10 a 19 como baixo; de 20 a 29 como médio; de 30 a 39 como alto, de 40 a 49 muito alto e acima de 50, como extraordinariamente alto. Empregamos os mesmos valores da pesquisa de McDaniel (2007) por ela ser mais ampla e por termos utilizado a mesma base de cálculo que a pesquisadora. O *C-Score* da amostra variou entre um mínimo de zero e o valor máximo de 67,7. A média geral de competência de julgamento moral da amostra foi de 17,7. O que, de acordo com a escala de classificação utilizada como parâmetro, nos fornece um grupo formado por parlamentares de competências morais de nível baixo (10 a 19). A distribuição dos scores pode ser vista na Tabela 3.

Tabela 3

Frequência e C- Score médio entre os três dilemas

	Frequency	***Percent***
Muito baixo (0-9)	10	22,7
Baixo (10 a 19)	21	47,7
Médio (20 a 29)	8	18,2
Alto (30 a 39)	4	9,1
Extraordinariamente alto (50 +)	1	2,3
Total	**44**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Se retirarmos os dois participantes discrepantes do cálculo (um com C-Score zero e outro com 67,7), encontramos um valor médio do *C-Score* de 17,0. Se excluirmos o dilema do médico e calculamos o *C-Score* com a versão padrão do

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

MJT, considerando apenas os dilemas do comandante e dos operários, teremos um *C-Score* médio de 20,0, com um mínimo de zero e um máximo de 66 pontos.

Submetemos as associações entre o *C-Score* médio (excluídos os dois casos discrepantes, n=42) e as variáveis independentes a testes não paramétricos — Kruskal-Wallis para variáveis com três ou mais categorias e U de Mann-Whitney para variáveis dicotômicas[8]. Gênero (U=154,0; p=0,878), cargo — deputado estadual ou federal (U=176,0; p=0,534) e espectro político-ideológico (H=0,876; p=0,645) não revelaram diferenças estatisticamente significativas. Raça e religião não foram submetidas a teste devido à concentração da amostra em poucas categorias (39 entre 42 parlamentares se autodeclararam de raça branca; a religião católica concentrou 31 dos 42 casos), o que tornaria qualquer teste estatístico inadequado dada a violação do pressuposto de frequências esperadas mínimas. Diferentemente do que inicialmente hipotetizamos, idade (H=6,073; gl=2; p=0,048) e número de mandatos (H=6,137; gl=2; p=0,046) revelaram diferenças estatisticamente significativas. Em ambos os casos, contudo, o padrão observado não corresponde a uma tendência linear simples. Quanto à idade, o grupo de 40 a 49 anos apresentou *C-Score* médio mais elevado (22,4) do que tanto os parlamentares mais jovens (14,1) quanto os mais velhos (15,7), em comparações pareadas estatisticamente significativas (U=60,0, p=0,014, e U=67,0, p=0,036, respectivamente), sem diferença significativa entre os extremos da distribuição etária. Quanto ao número de mandatos, observamos um padrão semelhante: parlamentares no segundo ou terceiro mandato apresentaram *C-Score* médio superior (20,1) ao dos parlamentares em primeiro mandato (11,2), diferença estatisticamente significativa (U=102,0; p=0,024); a diferença entre o grupo de dois ou três mandatos e o grupo de quatro mandatos ou mais (18,0) não foi significativa, assim como a diferença entre o primeiro mandato e quatro mandatos ou mais ficou

[8] Optou-se pelo teste de Kruskal-Wallis (para variáveis com três ou mais categorias) e pelo teste U de Mann-Whitney (para variáveis dicotômicas) em vez do qui-quadrado de Pearson sobre escores agrupados em categorias ordinais. A escolha se justifica por duas razões: primeiro, o teste de Kruskal-Wallis preserva a variável de desfecho (C-Score) em sua escala contínua, evitando a perda de informação inerente à categorização; segundo, o tamanho amostral (n=42, após exclusão de dois casos atípicos) produz, em diversas células das tabelas de contingência, frequências esperadas inferiores a 5, o que viola pressuposto do qui-quadrado e compromete a validade do teste. Os testes não paramétricos empregados são mais adequados a amostras pequenas e a distribuições não normais, como é o caso do C-Score na presente amostra.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

no limiar da significância (U=53,0; p=0,057). Não houve, portanto, evidência de que o acúmulo crescente de mandatos esteja associado a uma redução progressiva da competência moral-democrática, hipótese que motivou inicialmente nossa investigação (H3); ao contrário, os parlamentares novatos exibiram os escores mais baixos da amostra, com aumento já a partir do segundo mandato. Entre as nossas hipóteses, imaginávamos que o estudo encontraria diferenças importantes quanto à moralidade democrática de acordo com as inclinações político-ideológicas dos respondentes, o que também não se confirmou, como se pode ver na Tabela 4. Na amostra, os parlamentares autodeclarados de direita aparecem melhor colocados no grupo de maior *C-Score*, mas o conjunto dos entrevistados nesse nível é tão pequeno (n= 5) que não há qualquer significância estatística possível. Na verdade, o que se observa é um número elevado de parlamentares com competência moral baixa em todas as tendências político ideológicas, não sendo o espectro político do parlamentar uma variável significativa para a competência moral.

Tabela 4

Frequência agrupada e C-Scores – Espectro político-ideológico

	Esquerda	***Centro***	***Direita***
Muito baixo/Baixo (0-19)	64,7%	84,2%	50,0%
Médio (20-29)	29,4%	10,5%	12,5%
Alto (30 a 50+)	5,9%	5,3%	37,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Nota: Pearson Chi-Square = 0,064
Fonte: Elaboração própria dos autores.

Da mesma forma, não restou comprovada a hipótese que tínhamos de que o número de mandatos estaria inversamente correlacionado à competência moral-democrática. Na amostra, a média do *C-Score* foi baixa tanto para veteranos como para novatos na atividade parlamentar.

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assume-se que quanto maior a competência moral-democrática dos indivíduos, maiores as possibilidades de que eles produzam soluções mais amplamente comprometidas com as necessidades públicas. Assim, uma alta competência moral-democrática pode ser tomada como um marcador para um senso de justiça mais apurado. A assertiva diz respeito a potenciais determinados, expressando, portanto, uma expectativa lógica e não a uma realidade evidenciada por decisões tomadas no mundo real. Para saber até que ponto os parlamentares produzem ou não políticas justas seria preciso contar com dados confiáveis a respeito dos resultados produzidos pelas suas decisões e acompanhar o quanto essas evidências seriam capazes de alterar posicionamentos percebidos pelos próprios parlamentares como escolhas equivocadas. As dificuldades para um trabalho com esse escopo, particularmente em uma tradição de ausência de avaliação de políticas públicas, muito provavelmente inviabilizariam a pesquisa. A opção metodológica que escolhemos foi, por isso mesmo, a de oferecer aos parlamentares dilemas de difícil solução o que permite simular uma circunstância extrema que demanda justificativas de ordem moral. A forma como os parlamentares responderam as questões propostas e a coerência interna das suas opções valorativas oferecem, segundo os estudos de George Lind, um quadro comparativo de suas competências morais, sugerindo, portanto, maiores ou menores possibilidades de construção de alternativas justas.

Os resultados que encontramos sugerem que os parlamentares da amostra possuem dificuldade em reconhecer, para além das declarações protocolares, a importância do diálogo. O instrumento empregado não permite inferências diretas sobre comportamentos legislativos ou sobre a qualidade das políticas produzidas, o C-Score mede consistência moral interna em situações de dilema, e não decisões políticas reais. Com essa ressalva, os resultados são sugestivos de que o baixo limiar de competência moral-democrática medido pode estar associado a dificuldades na construção de soluções colaborativas que pressuponham a valorização de perspectivas divergentes. A ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os distintos espectros político-ideológicos é, nesse sentido, o achado mais

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

relevante: indica que o fenômeno não é atributo de um campo político em particular, mas uma característica compartilhada da amostra como um todo. Essa homogeneidade nos escores baixos, distribuída transversalmente por toda a amostra sem distinção de filiação partidária ou orientação ideológica, é consistente com o que Levitsky e Ziblatt (2018) identificam como erosão gradual das salvaguardas democráticas, um processo que avança, frequentemente, com a aquiescência de diferentes forças políticas, e não apenas por ação de um polo extremista isolado. Tratamos, assim, de um padrão que possivelmente não é contingente a esta amostra específica, mas cuja confirmação demanda ampliação da investigação. Dois achados adicionais merecem registro, ainda que de forma cautelosa, dado o tamanho da amostra. A associação significativa entre número de mandatos e competência moral-democrática — em sentido contrário ao hipotetizado, com os parlamentares novatos exibindo os escores mais baixos — sugere que a experiência parlamentar acumulada, ao menos nos primeiros mandatos, pode estar associada a algum tipo de aprendizado ou seleção que não corresponde à narrativa de desgaste moral pela permanência no cargo. Da mesma forma, o padrão não linear encontrado para a idade, com o grupo de 40 a 49 anos se destacando positivamente em relação aos extremos da distribuição etária, não permite uma leitura simples sobre maturidade e competência moral-democrática. Ambos os achados, por sua natureza exploratória e pelo tamanho reduzido da amostra, demandam confirmação em estudos futuros com poder estatístico mais robusto. Há indicações, ainda que não estatisticamente demonstráveis dado o tamanho da amostra, de que o sistema eleitoral pode favorecer parlamentares com os piores *C-Scores*.

O estudo realizado, não obstante a relevância dos seus resultados, precisaria de uma amostra muito mais ampla para permitir uma avaliação conclusiva a respeito do papel das variáveis independentes sobre a competência moral-democrática e para que fosse possível saber se o baixo *C-Score* médio encontrado reflete apenas uma característica da amostra ou se indica uma tendência nacional na representação política. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra e o número de legislaturas investigadas, bem como considerar os desafios metodológicos específicos de *surveys* com elites políticas, conforme discutido por

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Hertel-Fernandez, Mildenberger e Stokes (2019). A incorporação de uma versão certificada do MJT, com propriedades psicométricas plenamente documentadas, fortaleceria adicionalmente a validade dos resultados.

REFERÊNCIAS

Avelino Filho, G. (1994). Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos Cebrap*, *1*(38), 225-240. https://www.researchgate.net/publication/262501095

Agurto, M. *et al*. (2017). Índice C en médicos de los centros hospitalarios chilenos según el test de competencia moral de Lind. *Revista Medica de Chile*, *145*(9), 1122-1128. http://dx.doi.org/10.4067/s0034-98872017000901122

Baião, A. L., Couto, C. G., & Oliveira, V. E. (2019). Quem ganha o quê, quando e como? Emendas orçamentárias em saúde no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, *27*(71). https://doi.org/10.1590/1678-987319277104

Baquero, M. (2008) Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, *14*(2), 380-413. https://www.scielo.br/j/op/a/wBD95CrGznW94tsGgXQ4vgD/?lang=pt&format=pdf

Bataglia, P. U. R., Morais, A. & Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia*, *15*(1), 25-32. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100004

Bataglia, P. U. R. (2010). A validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para diferentes culturas: o caso brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *23*(1). https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000100011

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Biaggio, A. M. B. (2006). *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral* (2ª ed.). São Paulo: Moderna.

Câmara dos Deputados. (2024, 23 de outubro). Estudo da Câmara mostra crescimento de dois pontos percentuais no número de mulheres eleitas. *Câmara dos Deputados*. https://www.camara.leg.br/noticias/1104771-estudo-da-camara-mostra-crescimento-de-dois-pontos-percentuais-no-numero-de-mulheres-eleitas/

Fedozzi, L. (2002). *O eu e os outros: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/85057

Filgueiras, F. (2013). Corrupção e cultura política, a percepção da corrupção no Brasil. In H. Telles & A. Moreno (Orgs.), *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina* (pp.221-258). Belo Horizonte: Editora UFMG. https://www.researchgate.net/publication/289254389_Corrupcao_e_cultura_politica_-_a_percepcao_da_corrupcao_no_Brasil

Gualtieri-Kappann, M. M. (2016). *Ética, justiça e democracia em sala de aula: o desenvolvimento e a experiência de um novo método de discussão de dilemas morais para a educação* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista]. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136395/gualtierikappann_mms_dr_mar_sub.pdf?sequence=5&isAllowed=y

Harzing, A. W. (2007). *Publish or perish.* https://harzing.com/resource/publish-or-perish

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Heilbrun Jr., A. B., & Georges, M. (2011). The measurement of principled morality by the Kohlberg Moral Dilemma Questionnaire. *Journal of Personality Assessment, 55*, 183-194. https://doi.org.10.1080/00223891.1990.9674057

Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development:the psychology of moral development: moral stages, their nature and validity*. Vol. 2. São Francisco: Harper & Row.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Limongi, F. (2012). Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados*, *55*(1), 37-69. https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100002

Lind, G. O. (1999). An introduction to the Moral Judgment Test (MJT). *Psychology of Morality & Democracy and Education.* http://www.moralcompetence.net/pdf/Lind-1999_MJT-Introduction-E.pdf

Lind, G. O. (2000). O significado e medida da competência moral revisada: um modelo do duplo aspecto da competência moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *13*(3), 399-416. https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300009

Lind, G. O. (2012). Moral competence and democratic ways of life. In W. G. Weber *et al*. Eds.), *Democratic competences and social practices in organizations* (pp. 62-85). Wiesbaden: Spinger. https://doi.org/10.1007/978-3-531-19631-2_5

Lind, G. O. (2019). *Why do we need to foster moral competence and how?* http://moralcompetence.net/pdf/Lind-2019_Why_do_we_need_%20to_foster_moral_competence.pdf

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Linz, J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Martins, V. S. M. *et al.* (2021). The teaching of ethics and the moral competence of medical and nursing students. *Health Care Analysis*, *29*(1), 113-126. https://doi.org/10.1007/s10728-020-00401-1

McDaniel, B. L. (2007). *Predicting moral judgment competence from developmental building blocks and moral emotions: a structural equation model.* Oklahoma: Graduate College of the Oklahoma State University. https://openresearch.okstate.edu/server/api/core/bitstreams/e64ef17e-4377-4bbb-8499-4327798bf573/content

Melo, W. M. (2015). *Relação entre competência moral e espiritualidade em estudantes de medicina de uma instituição de ensino da cidade do Recife* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade Pernambucana de Saúde] https://repositorio.fps.edu.br/bitstream/4861/166/1/Natalia_Wolmer_de_Melo.pdf

Piaget, J. (1994) *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus.

Pinto, J. R. S. (2015). Entre um sistema eleitoral dispersivo e um regramento parlamentar concentrador: o comportamento dos deputados federais. *Revista Direito GV*, *11*(2), 589-622. https://doi.org/10.1590/1808-2432201526

Porter, N. (2006). Kohlberg and moral development. *Journal of Moral Education*, 1(2) 123-128. https://doi.org/10.1080/0305724720010206

Rego, S. (2003). Teoria do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. In S. Rego, *A formação ética dos médicos: saindo da*

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

adolescência com a vida (dos outros) nas mãos (pp. 75-102). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. https://books.scielo.org/id/b37sm/pdf/rego-9788575413241.pdf

Rocha, M. M., & Silva, R. G. (2015). A agenda da reforma política no Brasil: autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, *16*, 213-246. https://doi.org/10.1590/0103-335220151609

Rondon, M. V. (2009). *A construção da competência moral e a influência da religião: contribuições para a bioética* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências, Fundação Oswaldo Cruz]. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2477/1/ENSP_Disserta%c3%a7%c3%a3o_Von%20Rondon_Mileidy.pdf

Silva, F. F. (2016). *Competência* moral *e cidadania organizacional: um estudo com militares em formação*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2024.

Skidmore, T. E. (1975). *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco* – 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Snarey, J. R. C. (1985). Cultural universality of social – moral development: a critical review of Kohlbergian Research. *Psychological Bulletin*, *97*(2), 202-232. https://doi.org/10.1037/h0090442

Thielen, I. P. *et al.* (2006). Teste de Julgamento Moral: investigando o estágio de desenvolvimento moral dos motoristas. *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, *2*(1) 37-44. https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppet/v2n1/v2n1a06.pdf

Vieira, K. E. (2016). *Justiça de cotas na Universidade e competência moral*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação,

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino]. https://www.fae.br/mestrado/dissertacoes/2016/JUSTI%C3%87A%20DE%20COTAS%20NA%20UNIVERSIDADE%20E.pdf

Marcos Rolim: Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado na mesma Instituição. É especialista em Segurança Pública pela Universidade de Oxford (UK), com graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). À época da pesquisa, era professor do PPG do Direito com ênfase em Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Atualmente, é professor no PPG de Direito e no PPG de Memória Social e Bens Culturais da Universidade Lasalle (Unilasalle- Canoas). É autor de várias obras, entre elas, "A Síndrome da Rainha Vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI" (Zahar) e "A Formação de Jovens Violentos: estudo sobe a etiologia da violência extrema" (Appris). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1076-5990.

Daiana Hermann: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Université Paris Nanterre; e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem interesse nas temáticas de encarceramento feminino, teoria dos laços sociais, gênero e violência. Trabalha com pesquisa de mercado desde 2008 e atualmente é analista de inteligência de mercado no Grupo Ânima Educação. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0967-6579.

Renata Chimendes: Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Direitos Humanos pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com graduação em História pela mesma Instituição. Tem experiência de 15 anos na Gestão de Projetos Sociais e atuou por 10 anos no Conselho Viamonense dos Direitos da Criança e do

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Adolescente no Município de Viamão/ RS. É Assessora Especial na Secretaria de Esporte e Lazer no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4872-5401.

Data de submissão: 03/08/2025
Data de aprovação: 15/07/2026

Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional